



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MATO GROSSO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E
FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA
EDITAL Nº 01/2022

ANALISTA - ADVOGADO

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará **11 (onze) páginas** numeradas sequencialmente, contendo **50 (cinquenta) questões** objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: **Língua Portuguesa 05 (cinco) questões, Raciocínio Lógico 03 (três) questões, Noções de Informática 03 (três) questões, Princípios de Ética e da Filosofia 03 (três) questões, Conhecimentos Étnicos-Raciais 03 (três), Geografia e História de Mato Grosso 03 (três) questões, Legislação 05 (cinco) questões, Conhecimentos Específicos 25 (vinte e cinco) questões e 01 (uma) questão Discursiva de Conhecimento Específico.**
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos na Folha de Respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o Caderno de Questões se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha a Folha de Respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque a Folha de Respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo na própria Folha de Respostas.
- VII. O sistema de leitura e processamento das Folhas de Respostas não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- VIII. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- IX. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal a Folha de Respostas e este Caderno. As observações ou marcações registradas neste caderno não serão levadas em consideração.
- X. **Você dispõe de 04 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a Folha de Respostas.**
- XI. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova **02 (duas) horas após seu início.**
- XII. O candidato **poderá levar seu Caderno de Questões a partir dos 30 (trinta) minutos finais da prova.** Em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Questões antes do horário permitido.
- XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, e demais aparelhos eletrônicos.

Boa Prova!



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MATO GROSSO

GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



NOME:

ASSINATURA DO CANDIDATO:

INSCRIÇÃO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										

RASCUNHO

LÍNGUA PORTUGUESA

O texto abaixo é um fragmento do conto “O homem que sabia javanês”, do escritor brasileiro Lima Barreto

Em uma confeitaria, certa vez, ao meu amigo Castro, contava eu as partidas que havia pregado às convicções e às respeitabilidades, para poder viver.

Houve mesmo, uma dada ocasião, quando estive em Manaus, em que fui obrigado a esconder a minha qualidade de bacharel, para mais confiança obter dos clientes, que afluíam ao meu escritório de feiticeiro e adivinho. Contava eu isso.

O meu amigo ouvia-me calado, embevecido, gostando daquele meu Gil Blas¹ vivido, até que, em uma pausa da conversa, ao esgotarmos os copos, observou a esmo:

— Tens levado uma vida bem engraçada, Castelo!

— Só assim se pode viver... Isto de uma ocupação única: sair de casa a certas horas, voltar a outras, aborrece, não achas? Não sei como me tenho aguentado lá, no consulado!

— Cansa-se; mas, não é disso que me admiro. O que me admira, é que tenhas corrido tantas aventuras aqui, neste Brasil imbecil e burocrático.

— Qual! Aqui mesmo, meu caro Castro, se podem arranjar belas páginas de vida. Imagina tu que eu já fui professor de javanês!

— Quando? Aqui, depois que voltaste do consulado?

— Não; antes. E, por sinal, fui nomeado cônsul por isso.

— Conta lá como foi. Bebes mais cerveja?

— Bebo. Mandamos buscar mais outra garrafa, enchemos os copos, e continuei:

— Eu tinha chegado havia pouco ao Rio estava literalmente na miséria. Vivia fugido de casa de pensão em casa de pensão, sem saber onde e como ganhar dinheiro, quando li no Jornal do Comércio o anúncio seguinte:

"Precisa-se de um professor de língua javanesa. Cartas, etc." Ora, disse cá comigo, está ali uma colocação que não terá muitos concorrentes; se eu capiscasse quatro palavras, ia apresentar-me. Saí do café e andei pelas ruas, sempre a imaginar-me professor de javanês, ganhando dinheiro, andando de bonde e sem encontros desagradáveis com os "cadáveres". Insensivelmente dirigi-me à Biblioteca Nacional. Não sabia bem que livro iria pedir; mas, entrei, entreguei o chapéu ao porteiro, recebi a senha e subi. Na escada, acudiu-me pedir a Grande Encyclopédie, letra J, a fim de consultar o artigo relativo a Java e à língua javanesa. Dito e feito. Fiquei sabendo, ao fim de alguns minutos, que Java era uma grande ilha do arquipélago de Sonda, colônia holandesa, e o javanês, língua aglutinante do grupo maleo-polinésico, possuía uma literatura digna de nota e escrita em caracteres derivados do velho alfabeto hindu.

[...]

¹ um romance francês do século XVIII

- 1) A leitura atenta do primeiro parágrafo do texto e o entendimento do que nele se expressa permitem, ao leitor, antecipar a seguinte informação a respeito das formas descritas para “poder viver”:
 - a) revelarão convicções inquestionáveis.
 - b) estarão adequadas a critérios de respeitabilidade.
 - c) representam histórias apenas imaginadas.
 - d) serão questionáveis pela moral tradicional.

- 2) O caráter de imprecisão das locuções que expressam lugar e tempo, no início do texto, é explicitado pelas seguintes classes gramaticais que as constituem:
 - a) numeral e adjetivo.
 - b) preposição e adjetivo.
 - c) artigo e pronome indefinido.
 - d) numeral e pronome indefinido.

- 3) Em “O meu amigo ouvia-me calado” (3º§), o termo em destaque exerce, sintaticamente, a função de:
 - a) adjunto adverbial.
 - b) adjunto adnominal.
 - c) predicativo do sujeito.
 - d) complemento nominal.

- 4) O discurso direto, presente no texto, apresenta todas as marcas linguísticas de interlocução listadas abaixo, exceto:
 - a) verbos flexionados na segunda pessoa.
 - b) uso reiterado de adjetivos subjetivos.
 - c) emprego da função sintática vocativo.
 - d) presença de interrogativas diretas.

- 5) Em “Eu tinha chegado havia pouco ao Rio” (12º§), destaca-se o seguinte tempo composto:
 - a) pretérito mais-que-perfeito do indicativo.
 - b) futuro do pretérito do indicativo.
 - c) pretérito perfeito do subjuntivo.
 - d) pretérito perfeito do indicativo.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 6) Se considerarmos os conectivos lógicos proposicionais, é **incorreto** o que se afirma em:
- se os valores lógicos de duas proposições forem verdades, então o valor lógico da disjunção entre elas é verdade
 - se os valores lógicos de duas proposições forem iguais, então o valor lógico do bicondicional entre elas é verdade
 - se os valores lógicos de duas proposições forem diferentes, então o valor lógico do condicional entre elas é falso
 - se os valores lógicos de duas proposições forem falsos, então o valor lógico da conjunção entre elas é falso
- 7) Foi feita uma pesquisa para se saber sobre a utilização de dois produtos A e B. Das 235 pessoas entrevistadas constatou-se que 124 utilizam o produto A, 140 utilizam o produto B e 42 utilizam ambos os produtos. Nessas circunstâncias, o total de pessoas que não utilizam quaisquer um dos 2 produtos é igual a:
- 13
 - 24
 - 71
 - 28
- 8) Sendo os conjuntos finitos $A = \{1,2,3,5,6,7\}$ e $B = \{0,1,2,4,6,7\}$, podemos dizer que o conjunto solução da operação $A - B$ é igual a:
- $\{0,4,5\}$
 - $\{0,3,5\}$
 - $\{3,4,5\}$
 - $\{3,5\}$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

- 9) Quanto aos conceitos básicos sobre Internet e navegadores (*Browser*), analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O atual navegador da Internet padrão da Microsoft é o Edge.
 () Bing é o nome da ferramenta de busca padrão da Microsoft.
 () O Chrome é a ferramenta de busca mais utilizada no mundo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo

- V - F - F
- V - V - F
- F - V - V
- F - F - V

- 10) Com base na planilha do Excel abaixo assinale a alternativa que apresenta o resultado da fórmula: $=(B1/A1)*(B2/A2)$.

	A	B
1	6	12
2	5	15

- 2 (dois)
- 3 (três)
- 4 (quatro)
- 6 (seis)

- 11) Quanto à temática "*Correios Eletrônicos*", analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- Um exemplo de webmail é o Gmail que permite o envio de email por um navegador.
- Todo aplicativo de Correio Eletrônico é também um navegador (*Browser*).
- No Pacote Microsoft Office o aplicativo de Correio Eletrônico é o Outlook.

Quanto às afirmativas:

- apenas I e II são tecnicamente verdadeiras
- apenas II e III são tecnicamente verdadeiras
- apenas I e III são tecnicamente verdadeiras
- I, II e III são tecnicamente verdadeiras

PRINCÍPIOS DE ÉTICA E DA FILOSOFIA

Leia com atenção o trecho abaixo da obra *O princípio da responsabilidade* de Hans Jonas.

“Em suma, entendida assim, a “responsabilidade” não fixa fins, mas é a imposição inteiramente formal de todo o agir causal entre seres humanos, dos quais se pode exigir uma prestação de contas. Assim, ela é pré-condição da moral, mas não é a própria moral. O sentimento que caracteriza a responsabilidade – não importa se pressentimento ou reação posterior – é de fato moral (disposição de assumir seus atos), mas em sua formalidade pura não é capaz de fornecer o princípio efetivo para a teoria ética, que em primeira e última instância tem a ver com a apresentação, reconhecimento e motivação de finalidades positivas para o *bonum humanu* (PV, p. 174, grifos do autor). (...) [O porquê da responsabilidade, afirma Jonas] (...) encontra-se fora de mim, mas na esfera de influência do meu poder, ou dele necessitando ou por ele ameaçado. Ao meu poder ele contrapõe o seu direito de existir como é ou poderia ser [...]” (PV, p. 174-175).

12) Considerando os conhecimentos sobre as reflexões éticas no mundo contemporâneo em função de suas origens no mundo moderno, escolha dentre as alternativas abaixo aquela que melhor exprime o conceito de responsabilidade apresentado por Jonas.

- A responsabilidade é um caráter, uma qualidade distintiva dos homens responsáveis. É fundamental formar cidadãos responsáveis de modo que no futuro tenhamos as condições de sustentabilidade do todo social
- A proposta de Jonas assume uma inversão das proposições éticas de ascendência na moral do dever. Segundo esta última, a ação é moral na medida em que efetiva o ato pela força da razão do dever. Todavia, a centralidade antropológica dessa moral é também a sua limitação espacial e temporal. Os atos humanos na era tecnológica impõem seus efeitos para muito além do tempo de sua própria atualidade, e em espaços para além do alcance imediatamente próximo. Este outro que ainda pode padecer dos efeitos deste meu ato ou que tem suas possibilidades limitadas por estes mesmos efeitos cobra de mim a responsabilidade. Neste sentido, a responsabilidade inverte a relação de importância: a precedência do ajuizamento moral é do paciente ou objeto da ação que deve ser protegido e é este que cobra o dever ser protegido de quem tem o dever de agir
- A proposta de Jonas se aproxima da ética chamada consequencialista, na medida em que põe nos efeitos da ação a precedência em importância do ajuizamento moral
- A responsabilidade não pode se constituir como teoria moral na medida em que exige uma “saída” do campo da forma das ações para a consideração das suas contingências. Neste sentido é que se afirma que a responsabilidade não pode servir de fundamento para uma teoria ética

13) Dentre as correntes do pensamento moral, assinale a alternativa que apresenta em qual se enquadra de modo mais apropriado a ética consequencialista.

- Ética das virtudes
- Ética utilitarista
- Ética deontológica ou ética do dever
- Ética da intenção

14) O termo Ética, que em sua origem grega tem duas grafias diferentes (éthos - com “e” curto, épsilon, e êthos - com “e” longo, eta), denota no pensamento de Aristóteles, de modo bastante simplificado, dois grandes modos de aprendizado típicos do gênero humano, a saber, seja aquilo que se aprende fazer por familiaridade, dos usos e costumes ou uma habilidade adestrada pelo fazer cotidiano, mas também denota um saber fazer que se aprende por preceituação da razão, que antecede a própria experiência.

Com base nesta afirmação, assinale a alternativa incorreta.

- A Ética trata, entre outras coisas, do aspecto de ancestralidade do fazer humano no interior de uma estrutura social
- A reflexão ética deve considerar tanto as condições das ações dos agentes quanto os padrões típicos de comportamentos sociais
- Também são temas de ética aqueles vinculados às perspectivas de destino, fado ou fortuna que alguém (no singular) ou um todo social possuem sobre si mesmos ou sobre outrem
- Por extensão, se poderia dizer que a ética se aplica também a todo o gênero animal

CONHECIMENTOS ÉTNICOS-RACIAIS

15) Acerca do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), para efeitos de sua compreensão, se faz necessidade analisar alguns conceitos trazidos pela citada legislação, e que, uma vez inerentes ao debate acerca da desigualdade racial em nosso país, possam nos auxiliar na identificação e análise do que se almeja com legislações que regulamentam o debate étnico-racial em nosso país, especialmente, no momento em que estivermos analisando os termos e os desdobramentos na vida real do povo negro brasileiro. A partir de então, analise as afirmativas abaixo.

- I. Discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
- II. Desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- III. Desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I apenas
- b) II apenas
- c) III apenas
- d) I, II e III

16) A CF/88 ao estabelecer, topograficamente, princípios fundamentais logo nos primeiros artigos de seu vasto catálogo de normas constitucionais, nos deixa uma mensagem clara desde o início, os princípios serão (são) muito importantes para a compreensão do Texto Constitucional como um todo. A partir dessa afirmação, e sabendo que os princípios fundamentais formam uma espécie de núcleo duro da CF/88, assinale a alternativa incorreta.

- a) Enquanto a soberania nacional é afirmada como um princípio fundamental no plano interno, a autodeterminação dos povos e a independência nacional, são princípios que aparecem para reger as relações do Brasil com outras nações no plano internacional
- b) Ao afirmar como princípios fundamentais os valores sociais do trabalho, bem como da livre iniciativa, a CF/88 determina que nosso país terá como um de seus principais pilares, um dos dogmas político-econômicos mais importantes ao capitalismo moderno e contemporâneo, a liberdade
- c) Ao estabelecer o pluralismo jurídico como fundamento, o Constituinte de 1988 buscou destacar, já como princípio fundamental de nossa República Federativa, a necessidade de se promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação
- d) A cidadania, a dignidade da pessoa humana e a soberania popular emanada do ideal de que todo o poder emana do povo, que o exercerá por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição de 1988, são princípios fundamentais previstos expressamente desde o início da mencionada Carta Cidadã de 1988

17) Quando a CF/88 disciplina que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, (...)”, é possível extrairmos daí a busca pela afirmação do princípio da igualdade. Mas não uma igualdade meramente formal ou burocrática, uma igualdade isonômica, ou seja, de natureza material, já que entendida a partir do olhar de um Estado Democrático de Direito, fruto de um movimento, especialmente, Pós 2ª Guerra Mundial, conhecido como Neoconstitucionalismo. Sabendo disso, e entendendo que igualdade material (isonomia), não se restringe ao tratamento igualitário daqueles que, efetivamente são diferentes, mas ao contrário, é a afirmação da necessidade de se tratar diferentemente os diferentes na medida de suas diferenças, assinale a alternativa incorreta.

- a) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Contudo, existe a possibilidade da própria Constituição tratá-los diferentemente sempre que esse tratamento for o melhor caminho para a igualdade
- b) O direito de manifestação tem como fundamento, dentre outros, a premissa constitucional de que todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, ainda que frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, exigindo-se, entretanto, prévio aviso à autoridade competente a fim de que demarque o local e organize o trânsito, por exemplo
- c) Nenhuma pessoa poderá ser privada de seus direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei
- d) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, mesmo aqueles que cometerem condutas aterrorizantes frente a outras pessoas, deverão ser tratados dignamente durante a persecução criminal a fim de que as punições penais não se tornem, como outrora, um caminho de vingança pelo delito cometido

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO MATO GROSSO

18) Mato Grosso carrega consigo parte importante da História do Brasil. No que se refere a fatos da História de Mato Grosso, assinale a alternativa correta.

- a) O Mato Grosso pertenceu à Alemanha nos primeiros cem anos após a chegada dos europeus na América
- b) A Retirada de Laguna fez do Mato Grosso um país independente por um período de cinquenta anos
- c) A Província de Mato Grosso, com a proclamação da República em 1889, passou a Capitania Hereditária de Mato Grosso
- d) Em 1977, Mato Grosso foi desmembrado em dois estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

19) O Brasil tem aproximadamente 8.500.000 km², sendo um país de dimensões continentais. Mato Grosso é um dos estados com maior extensão territorial no país. No que se refere à área de Mato Grosso em relação aos estados brasileiros, assinale a alternativa correta.

- a) É o primeiro estado brasileiro em área
- b) É o segundo estado brasileiro em área
- c) É o terceiro estado brasileiro em área
- d) É o quarto estado brasileiro em área

20) “Acredito que não podemos romantizar o futuro do Pantanal sob as lentes da novela [...]. Porém, é inegável que a trama traz para a mídia o tema ‘Pantanal’ para o Brasil como um todo. [...] proteger a biodiversidade pantaneira é também pensar no futuro enquanto humanidade”, enfatiza a professora da UFMS, Mara Aline Ribeiro (adaptado de CAMPO GRANDE NEWS, 2022). No que se refere ao bioma Pantanal, bioma que tem sido cenário de uma novela homônima em 2022, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Pantanal é uma das maiores planícies alagadas do mundo
- b) Abriga a bacia hidrográfica do rio São Francisco
- c) No período das cheias, boa parte da planície fica alagada
- d) O bioma possui uma grande diversidade de fauna e flora

LEGISLAÇÃO

21) A Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados. Sobre as disposições da lei supracitada, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () As funções institucionais da Defensoria Pública serão exercidas inclusive contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público.
- () O instrumento de transação, mediação ou conciliação referendado pelo Defensor Público valerá como título executivo extrajudicial, salvo quando celebrado com a pessoa jurídica de direito público.
- () A assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F

22) Acerca das disposições da Lei Complementar nº 80/1994, que dispõe sobre a organização da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, assinale a alternativa incorreta.

- a) O edital de abertura de inscrições no concurso indicará, obrigatoriamente, o número de cargos vagos na categoria inicial da carreira
- b) O concurso de ingresso realizar-se-á, obrigatoriamente, quando o número de vagas exceder a um quinto dos cargos iniciais da carreira e, facultativamente, quando o exigir o interesse da administração
- c) O concurso será realizado perante bancas examinadoras constituídas pelo Conselho Superior
- d) Os candidatos proibidos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil comprovarão o registro até a nomeação no cargo de Defensor Público

23) Com relação às disposições da Lei Estadual nº 10.773/2018, que trata da Estrutura Organizacional, o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras de Apoio Administrativo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, analise as afirmativas abaixo.

- I. Poderá ser concedido horário especial de trabalho ao servidor, mediante requerimento encaminhado ao Defensor Público-Geral.
- II. Para fazer jus ao horário especial de trabalho, o servidor estudante deverá frequentar curso que tenha relação com as suas atividades desempenhadas na Defensoria Pública.
- III. A jornada de trabalho básica do servidor de cargo de provimento efetivo e permanente da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com limite máximo de oito (08) horas diárias.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) I apenas

24) A Lei Complementar Estadual nº 04/1990 dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais. Com relação ao adicional de férias, assinale a alternativa correta.

- a) O servidor fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que podem ser acumuladas até o máximo de quatro períodos, mediante comprovada necessidade do serviço, exceto o que dispuser em lei complementar
- b) É obrigatório levar à conta de férias qualquer falta ao serviço
- c) Independente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias
- d) Quando em gozo de férias, o servidor terá direito a receber, adiantadamente, 15 (quinze) dias de vencimento

25) Com relação às garantias e prerrogativas previstas na Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso (Lei Complementar Estadual nº 146/2003), analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Não há qualquer relação de hierarquia ou de subordinação entre os membros da Defensoria Pública, Magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos merecer o mesmo tratamento, baseado na consideração e respeito mútuos.
- () Os membros da Defensoria Pública não estão sujeitos a ponto.
- () O membro da Defensoria Pública, nos crimes comuns e de responsabilidade, será processado e julgado, originariamente, pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - V
- b) V - F - V
- c) F - F - V
- d) V - V - F

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26) De acordo com as disposições da Lei Estadual nº 10.773/2018, de 05/12/2018, a qual dispõe sobre a Estrutura Organizacional, o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras de Apoio Administrativo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, o estágio probatório ficará suspenso, e será retomado a partir do término do impedimento, dentre outras hipóteses, durante a seguinte licença e/ou afastamento:

- a) por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional
- b) afastamento para Participação em Programa de Extensão Universitária no País
- c) licença remunerada, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral
- d) licença remunerada, para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo

27) No que diz respeito ao tema da “política tarifária”, assim como previsto Lei de Concessão e Permissão de Serviços Públicos (Lei nº 8.987/1995), assinale a alternativa incorreta.

- a) As tarifas devem ser isonômicas, o que vale dizer que não podem ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários
- b) A tarifa do serviço público concedido deverá ser fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação
- c) Os contratos podem prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro
- d) A tarifa do serviço público concedido deverá ser preservada pela lei, pelo edital e pelo contrato

28) Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 3.365/1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, pode ser afirmado o que segue:

- a) no valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, deverão ser incluídos os direitos de terceiros contra o expropriado
- b) a desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de 10 (dez) anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará
- c) a efetivação da desapropriação para fins de criação ou ampliação de distritos industriais depende de aprovação, prévia e expressa, pelo Poder Público competente, do respectivo projeto de implantação
- d) quando a desapropriação se destinar à execução de planos de urbanização, a receita decorrente da revenda ou da exploração imobiliária dos imóveis produzidos não poderá compor a remuneração do agente executor

29) Assinale a alternativa cujo conceito guarda exata correspondência com o preceituado pela Lei da Transparência (Lei Federal nº 12.527/2011).

- a) Primariedade: qualidade da informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado
- b) Integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino
- c) Informação: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato
- d) Disponibilidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema

30) No que se refere ao tema das parcerias públicas e privadas, assinale a alternativa incorreta.

- a) A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por outorga de direitos sobre bens públicos dominicais
- b) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa
- c) O Poder Concedente deve disciplinar sobre o prazo da administração temporária
- d) O Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP) possui natureza pública e se destina a garantir o pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais, distritais, estaduais ou municipais

31) No que diz respeito às disposições da Lei Complementar Estadual nº 207, de 29 de dezembro de 2004, que institui o Código Disciplinar do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, assinale a alternativa incorreta.

- a) O servidor punido com suspensão, em seu direito de recorrer em sua defesa ou de interesse legítimo, pode pleitear a conversão em multa
- b) A suspensão terá o seu início de imediato ou em até 20 (vinte) dias da ciência do servidor, de acordo com a conveniência da Administração
- c) Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão
- d) A destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão de 31 (trinta e um) a 90 (noventa) dias ou demissão

32) Em consonância com o disposto na Lei de processo administrativo estadual (Lei Estadual nº 7.692, de 1º de julho de 2002), assinale a alternativa incorreta.

- a) A Administração Pública Estadual não iniciará qualquer atuação material relacionada com a esfera jurídica dos particulares sem a prévia expedição do ato administrativo que lhe sirva de fundamento, salvo na hipótese de expressa previsão legal
- b) É vedado à Administração Pública Estadual convalidar seus atos inválidos, particularmente quando a invalidade decorrer de vício de competência ou de ordem formal
- c) Os atos que apresentem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração Pública Estadual, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros
- d) O desatendimento à intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado

33) No que concerne às disposições constitucionais incidentes no capítulo relacionado à família, à Criança, ao Adolescente, ao Jovem e ao Idoso, assinale a alternativa incorreta.

- a) O casamento religioso não possui efeito civil, devendo este ser obtido mediante registro no cartório competente
- b) Os programas de amparo aos idosos devem ser executados preferencialmente em seus lares
- c) O Estado deve promover programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais
- d) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação

34) No que se refere às disposições constitucionais aplicáveis ao Poder Judiciário, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) possui jurisdição em todo o território nacional
- b) A atividade jurisdicional deverá ser ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente
- c) Compete privativamente aos tribunais propor a criação de novas varas judiciárias
- d) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes

35) Relativamente à segurança pública, como tal prevista na Constituição Federal da República, assinale a alternativa incorreta.

- a) Aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil
- b) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública
- c) Compete às polícias civis, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares
- d) A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais

36) Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, de aluguel provisório, de diferenças de aluguéis, ou somente de quaisquer dos acessórios da locação, é incorreto afirmar que:

- a) os aluguéis que forem vencendo até a sentença deverão ser depositados à disposição do juízo, nos respectivos vencimentos, podendo o locador levá-los desde que incontroversos
- b) o locatário e o fiador poderão evitar a rescisão da locação efetuando, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da citação, o pagamento do débito atualizado, independentemente de cálculo e mediante depósito judicial
- c) o pedido de rescisão da locação poderá ser cumulado com o pedido de cobrança dos aluguéis e acessórios da locação
- d) havendo cumulação dos pedidos de rescisão da locação e cobrança dos aluguéis, a execução desta não poderá ter início antes da desocupação do imóvel

37) No que diz respeito às disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família
- b) É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação
- c) O penhor regula-se pela lei do lugar em que estiver a coisa
- d) Quando a pessoa não tiver domicílio, considerar-se-á domiciliada no lugar de sua residência ou naquele em que se encontre

38) No que se refere ao tema da “Ação Civil Pública”, assinale a alternativa incorreta.

- a) A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer
- b) É cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos ou contribuições previdenciárias
- c) Na ação civil pública, admite-se ao juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo
- d) Na ação civil pública, a Defensoria Pública possui legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar

39) No que diz respeito ao Mandado de Segurança, assinale a alternativa incorreta.

- a) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente
- b) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança
- c) O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais de idêntico objeto
- d) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada

40) A infração penal de poluição, prevista na Lei dos Crimes Ambientais será considerada qualificada se o crime:

- a) for praticado em épocas de seca ou inundações
- b) for cometido mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental
- c) for praticado no interior do espaço territorial especialmente protegido
- d) dificultar o uso público das praias

41) Exclui-se do rol dos crimes hediondos o delito de:

- a) furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum
- b) lavagem de dinheiro
- c) roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo
- d) epidemia com resultado morte

42) Dentre as penas restritivas de direito previstas expressamente na Lei de Abuso de Autoridade, pode ser citada:

- a) perda de bens ou valores
- b) prestação pecuniária
- c) perda do pátrio poder
- d) prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas

43) No que se refere às disposições legais aplicáveis à interceptação telefônica, assinale a alternativa incorreta.

- a) A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, deverá ocorrer em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas
- b) Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, promover escuta ambiental ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei
- c) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de reclusão
- d) O pedido de interceptação de comunicação telefônica deve conter a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados

44) No que concerne à ação civil “ex delicto”, assinale a alternativa incorreta.

- a) Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros
- c) Intentada a ação penal, o juiz da ação civil não poderá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela
- d) A condenação penal imutável faz coisa julgada também no cível, para efeito de reparação do dano “ex delicto”, impedindo que o autor do fato renove nessa instância a discussão do que foi decidido no crime

45) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:

- a) até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo
- b) sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício, exceto do auxílio-acidente
- c) até 24 (vinte e quatro) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória
- d) até 6 (seis) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar

46) No que se refere às disposições da Lei Federal nº 9.796/1999, a qual dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, assinale a alternativa incorreta.

- a) Considera-se regime instituidor, o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem
- b) Os regimes próprios de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não serão considerados regimes de origem quando o Regime Geral de Previdência Social for o regime instituidor
- c) Considera-se regime de origem, o regime previdenciário ao qual o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes
- d) Os desembolsos pelos regimes de origem só serão feitos para os regimes instituidores que se mostrem credores no cômputo da compensação financeira devida de lado a lado e dos débitos pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal

47) Em atenção às disposições da Lei nº 4.320/1964, a qual estatui normas gerais de direito financeiro e controle dos orçamentos e balanços dos entes federativos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Consideram-se subvenções, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como sociais, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril
- b) Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis
- c) Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização
- d) Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado

48) Ainda com relação ao preceituado na Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro e controle dos orçamentos e balanços dos entes federativos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa não poderão ser custeados por dotações globais, classificadas entre as Despesas de Capital
- b) As receitas e despesas de capital devem ser objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um triênio
- c) São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública
- d) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades

49) No que se refere às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa incorreta.

- a) É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo
- b) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde
- c) A destinação de recursos para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas poderá ser autorizada por decreto do Poder Executivo Federal
- d) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação

50) No que concerne ao Conselho Superior da Defensoria Pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) É vedada a elegibilidade de Defensores Públicos estáveis submetidos à aplicação de sanção administrativa disciplinar a menos de 02 (dois) anos das inscrições dos candidatos
- b) O Conselho Superior é composto pelo Defensor Público-Geral, pelo Primeiro e Segundo Subdefensores Públicos-Gerais, pelo Corregedor-Geral e pelo Ouvidor-Geral, como membros natos, e por 06 (seis) Defensores Públicos estáveis em efetivo exercício
- c) Os membros do Conselho Superior serão escolhidos por voto direto, plurinominal, aberto e facultativo de todos os membros estáveis da instituição, para mandato de 02 (dois) anos, facultada a reeleição
- d) O Conselho Superior da Defensoria Pública é órgão consultivo, normativo e decisório

QUESTÃO DISCURSIVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Discorra sobre Controle de Constitucionalidade. Da questão discursiva deverá constar obrigatoriamente:

- a) legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade;
- b) papel do Procurador-Geral da República;
- c) inconstitucionalidade por omissão.

Transcreva a resposta de no mínimo 15 linhas e no máximo 20 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	